

**BRASIL E PORTUGAL NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
BRASILEIRA (1972)**

Ms. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida*

Em abril de 1972, após negociações entre os governos brasileiro e português, os restos mortais de d. Pedro I deixavam Portugal e seguiam para o Brasil, onde desembarcaram no estado da Guanabara, após alguns dias de viagem marítima, em uma esquadra composta por navios da marinha de guerra de Brasil (Paraná, Pernambuco e Santa Catarina) e Portugal (Gago Coutinho, Sacadura Cabral e João Belo), além do navio Funchal (da marinha mercante portuguesa e que trouxe o presidente do país europeu, à frente de delegação oficial composta por vários ministros de estado).

A transladação dos restos mortais de d. Pedro I assinalou o início das comemorações, ao mesmo tempo em que indicava a proximidade das administrações de Brasil e Portugal. Não por acaso, os dois países viviam sob regime autoritário, além de seus Presidentes serem originários da alta cúpula militar: o general Emilio Garrastazu Médici (Brasil) e o almirante Américo Tomás (Portugal). A 11 de abril, o esquife com os despojos de d. Pedro I deixaria Lisboa, a bordo do Funchal, seguindo para o Brasil, onde aportou na cidade do Rio de Janeiro em 22 de abril. Autoridades portuguesas (entre as quais o chefe de governo, Marcelo Caetano) prestigiaram a cerimônia da “volta do Emancipador” (O CRUZEIRO, 1972: 44).

Ao adentrar nas águas territoriais do Brasil, a esquadra luso-brasileira foi saudada por aviões da FAB e, em 22 de abril de 1972, em cerimônia realizada no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, na cidade do Rio de Janeiro, o presidente português entregou os restos mortais de d. Pedro I ao Brasil. Em seu discurso, o presidente Américo Tomás afirmou que d. Pedro I preferira o Brasil a Portugal, apesar de amar igualmente ambos os países.¹

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na cidade do Rio de Janeiro, estando presentes Suas Excelências o Presidente da Republica Federativa do Brasil, General Emilio Garrastazu Médici, o presidente da republica portuguesa, Almirante Américo Deus Rodriguez Thomaz e o ministro de Estado das Relações exteriores do Brasil, Embaixador Mario Gibson Barbosa, por Sua Excelência o Presidente da Republica Portuguesa foi entregue a Sua Excelência o Presidente da Republica Federativa do Brasil, a urna contendo os restos mortais de Sua Majestade El-Rei Dom Pedro IV de Portugal, 1º Imperador do Brasil, fraternalmente doados pela Nação portuguesa à Nação Brasileira conforme deliberação do Governo português, sendo Presidente do Conselho de Ministros Sua Excelência o Dr. Marcelo Jose das Neves Alves Caetano, em

* Doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ), mestre em Educação (UERJ), professor de História do Colégio Pedro II e da rede municipal do Rio de Janeiro; professor da UNIGRANRIO.

¹ Cf. Pasta 52, Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário.

*anuência ao pedido do governo brasileiro e em testemunho da viva e imperecível comunidade Luso-brasileira.*²

A cerimônia começou de entrega dos despojos começou com a assinatura do termo de entrega dos despojos régios pelos governantes de Brasil e Portugal, às 11h25m. Logo depois, às 11h30m, o esquife com os restos mortais de d. Pedro I chegou ao Monumento, onde permaneceu até às 12h15m, quando foi transportado em veículo bélico do Exército para o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. A chegada dos restos mortais de d. Pedro I foi assistida por cerca de 5 mil pessoas, que suportaram o atraso de 40 minutos na entrega dos despojos e mais o cerimonial (que durou cerca de uma hora).³

A presença portuguesa nas comemorações brasileiras mereceu destaque por parte de Fernando Catroga, quer no Centenário (1922), quer no Sesquicentenário da Independência (1972). Elas teriam objetivado o fortalecimento dos vínculos entre as antigas metrópole e colônia. Não por coincidência, nas duas festividades o então presidente da República portuguesa (Antônio José de Almeida, em 1922, e o almirante Américo Tomás em 1972) visitou o Brasil, à frente de comitivas das quais participavam ministros, importantes burocratas e empresários de destaque. Especificamente nas festas em homenagem ao 150º aniversário da Independência brasileira, o Estado português objetivaria explicitar sua política colonialista em relação aos territórios africanos, incapazes, sob a perspectiva oficial, de gerir-se de maneira autônoma. (CATROGA, 2004: 140)

Ainda no contexto das comemorações sobre o Sesquicentenário da Independência, o IHGB empossou o almirante Américo Deus Rodrigues Thomas (presidente de Portugal) em sua presidência de honra, atendendo à proposta aprovada pela Assembléia Geral de 17 de dezembro de 1971. No discurso de saudação ao novo integrante honorífico, Pedro Calmon abordou a trajetória política de d. Pedro I, afirmando que o repatriamento de seus despojos

irá enriquecer o monumento do Ipiranga, em cuja base a cripta de d. Pedro I equivale ao alicerce granítico da Independência brasileira (...) numa praça que se chamou Rocio, levanta a fronte altaneira recordando a liberdade, pela qual viveu, num turbilhão de entusiasmo, pela qual morreu, num crepúsculo de apoteose. (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251)

Assim, e de maneira recorrente, o primeiro imperador se transformaria no fundador da nacionalidade e como tal mereceria o culto cívico da sociedade e das instituições brasileiras. No entanto, e de modo significativo, o discurso de Pedro Calmon enfatiza a questão da liberdade – um dos aspectos mais criticados pelos contemporâneos do Imperador. A imagem

² “Termo de Entrega de Sua majestade El – Rei Dom Pedro I de Portugal 1º Imperador do Brasil”. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 52 A.

³ Folha de São Paulo (SP), de 23/04/72, “Dom Pedro I de volta, depois de 141 anos”. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 52 A.

3

de d. Pedro I como inaugurador da nacionalidade brasileira apareceu explicitamente no discurso do almirante Américo Thomas ao receber a presidência de honra do IHGB:

Quando respondeu, e correspondeu, ao apelo do presidente Emílio Garrastazu Médici – presidente de honra deste Instituto, confiando à guarda da nação brasileira os despojos mortais do fundador do Império, com o complemento cativante de vir trazê-los; para que conheçamos na sua extensão e no seu significado a importância e a beleza da oblata, senão a profundidade e o sentido do sacrifício (...) Se desfalcava o panteão de São Vicente, povoado de tantas memórias vinculadas à civilização lusitana, permitiu conduzir ao Monumento do Ipiranga o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. Lá era uma; ali será único, e insubstituível. (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251)

Por outro lado, nesse mesmo discurso, o presidente Américo Thomas ressaltou as ligações entre Brasil e Portugal, o que assinalaria a existência de uma comunidade luso-brasileira, aproximando-se os interesses brasileiros e portugueses. Nessa época, o governo português equiparou, para fins jurídicos, os brasileiros aos cidadãos portugueses, aguardando igual medida por parte do governo Médici. Ressalte-se, porém, que desde 1953 já se tentava realizar tal comunidade, com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta.⁴ Fundamentado nesta tentativa de aproximação, o governante português enfatizou, em seu discurso como presidente de honra da centenária agremiação (discurso este proferido em 27 de abril de 1972), a contribuição do IHGB à formação daquela comunidade:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mergulha as suas raízes no mais esclarecido luso-brasileirismo (...) [o IHGB] persistiu inalteravelmente no caminho de aproximação luso-brasileira. Prenunciou, portanto, a comunidade, cujos fundamentos documentais ao longo destes 134 anos com a verdade histórica bebida nos arquivos portugueses e brasileiros. Fiel à integração moral de toda gente lusitana nas glórias do passado, quis o Instituto cantar na própria sala de sessões o padrão da posse dos descobridores. (...) Coloca-se [o IHGB] na vanguarda das entidades que promovem o culto do civismo e, dentro deste, e dos valores que informar no seu espírito e no seu destino a comunidade Luso-brasileira. Natural e lógico este ideal tradicionalmente cultivado pelo Instituto, porquanto a comunidade não é outra coisa senão transformação, na ordem prática, dos valores espirituais que assentam os seus dois membros. Três séculos de história comum, o mesmo sangue na origem, a mesma língua, tradições idênticas de cultura, de religião, enfim, todo um patrimônio que é igualmente dos brasileiros e dos portugueses e que os irmana. (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251)

A identidade luso-brasileira, de acordo com o discurso, estaria fundamentada no patriotismo e na defesa dos elementos tradicionais que comporiam a cultura comum aos dois Estados nacionais e que se expressaria efetivamente. Ao mesmo tempo, a história produzida pelo IHGB não passou despercebida pelo almirante Américo Thomas, que louvou tal preocupação em imortalizar as ações dos governantes brasileiros, em todos os momentos de sua trajetória, vinculando IHGB e Estado, ainda que tangencialmente:

⁴ Cf. IHGB. FL 704, 31, documento 11: Embaixada de Portugal – Boletim. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1971, nº7/71.

O Instituto sempre honrou os heróis da história brasileira, oferecendo-os como exemplos à posteridade para que nunca sejam esquecidos os valores que inspiraram e presidiram à construção do Brasil. E assim homenageou os seus mestres monarcas: d. João VI, dom Pedro I e dom Pedro II, e os estadistas da república que continuaram a afirmar e defender os princípios fundamentais da cultura e da unidade brasileira. Entre estes estadistas noto, com prazer, o preclaro nome do presidente Emílio Garrastazu Médici, alta figura de brasileiro, sábio timoneiro do Brasil de hoje e de amanhã, personificação mais acabada das virtudes que asseguram a grandeza e a crescente prosperidade deste nobre país. (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251)

Entretanto, se o IHGB jamais desfrutara de independência frente ao poder público, sua associação com a comemoração do Sesquicentenário significou aproximá-lo – talvez em demasia – da ditadura militar então em vigor. Com efeito, à posse do general Médici na presidência honorífica do Instituto Histórico seguiu-se a concessão da mesma homenagem ao presidente de Portugal (Américo Thomas). Posteriormente, o IHGB tornou Marcelo Caetano (Presidente do Conselho de Ministros português) seu integrante honorário, concedendo-lhe a Vice-Presidência de honra, por julgá-lo “eminente jurista e historiador das instituições portuguesas (...) a quem tanto disse, escreveu e realizou, o bem dos supremos interesses da cultura de língua portuguesa”. (RIHGB, out./dez., 1972: 300) Registre-se, igualmente, que tal cargo seria ocupado pela primeira vez, visto que até então somente dava-se posse a Presidentes de Honra no IHGB. (RIHGB, out./dez., 1972: 300)

Coerente com a trajetória trilhada desde sua fundação, o IHGB integrava-se à política estatal, agora através da homenagem aos chefes de Estado e de Governo de Portugal, no momento em que se buscava maior aproximação dos interesses luso-brasileiros. Em sua cerimônia de posse no IHGB, Marcelo Caetano recebia os primeiros exemplares da Biblioteca do Sesquicentenário e, além de oferecer ao Instituto livros de sua autoria, comprometeu-se a facilitar o acesso dos historiadores brasileiros ao acervo documental português. (RIHGB, out./dez., 1972: 300)

Também no que se refere à produção cultural houve uma tentativa de aproximação entre Brasil e Portugal. Assim, não por acaso, o filme *Independência ou Morte* (produzido com nítido apoio do Estado brasileiro, mediante o auxílio fornecido por diversos órgãos públicos ao longo de sua realização e distribuição) foi lançado em 4 de setembro de 1972 em 20 capitais brasileiras, e, na semana seguinte, em Portugal. Ao receber os dirigentes e artistas da produção, em audiência no Palácio do Planalto, o presidente Médici demonstrou o interesse do Estado na apresentação do tema *Independência*, principalmente centrado na figura de d. Pedro, o que possivelmente facilitou o financiamento do projeto: “está

5

demonstrado que podemos nos orgulhar dos artistas nacionais e que tudo depende de se escolher um bom tema para se filmar”.⁵

Em outro importante componente das comemorações oficiais pelos 150 anos da Independência brasileira – no caso, o futebol – também podemos perceber a aproximação entre os governos de Brasil e Portugal. A Taça Independência – nome oficial do torneio internacional de futebol que reuniu algumas importantes seleções mundiais no Brasil, ao longo dos meses de junho e julho de 1972 – integrou o programa oficial de comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira em função do apelo popular que forneceria aos festejos pelos 150 anos do “grito do Ipiranga”.

O Torneio iniciou-se e, apesar dos organizadores assegurarem que havia grande expectativa quanto às partidas, logo se constatou a existência de problemas que, em certa medida, relativizavam bastante as expectativas otimistas dos idealizadores da competição. Melhor dizendo: a afluência de público aos jogos da 1ª fase – quando a seleção brasileira ainda não jogaria – ficou abaixo do esperado, o que significou a redução da receita estimada pela CBD. Com isto, os estádios ficaram com grandes espaços vazios, notadamente em Natal (RN) e Recife (PE), locais em que se esperava significativa afluência de público, visto que sediou as partidas da seleção portuguesa.⁶ A baixa frequência de torcedores persistiu mesmo ocorrendo a doação de ingressos para estudantes universitários e secundaristas.

Ao mesmo tempo, os organizadores da mini-copa procuraram direcionar os semifinalistas, colocando Portugal e Brasil em grupos com adversários mais fáceis. O encadeamento do torneio também favoreceria estas duas seleções, que continuariam enfrentando equipes mais frágeis, até se encontrarem na grande final, que ocorreria no “maior estádio do mundo” – o Maracanã.⁷

A decisão da mini-copa foi entre Brasil e Portugal, que disputaram uma partida equilibrada, em pleno estádio do Maracanã, diante de um público estimado em 100 mil espectadores e que se tornou o recorde nacional de renda até então. As equipes da ex-metrópole e da ex-colônia atuaram preocupadas com o aspecto defensivo e o gol único da partida foi marcado aos 44 minutos do 2º tempo (Jairzinho).⁸

⁵ A Tribuna de Santos, 01 de Setembro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53.

⁶ Cf. Jornal do Brasil, 20 de junho de 1972, p. 34. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, pasta 58.

⁷ Semelhante realidade não escapou, por exemplo, ao treinador do selecionado uruguaio, que afirmou “*ter sido a Taça Independência feita de forma a classificar o Brasil e Portugal (...) O Brasil está numa chave de adversários mais fáceis, para seu time, o mesmo ocorrendo com Portugal no outro grupo.*” Jornal do Brasil, 01 de julho de 1972, p. 27. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, pasta 58 A.

⁸ João Saldanha reconheceu a dificuldade enfrentada pela seleção brasileira para derrotar o selecionado português, reconhecendo a torcida como o 12º jogador, “que incentivou e deu ânimo maior ao nosso time no

O presidente Médici também mereceu destaque nas reportagens sobre o título conquistado pela seleção brasileira em 1972. Desta maneira, o Jornal do Brasil elaborou uma espécie de “cronologia” do jogo decisivo, a partir das reações do torcedor Médici.

Como os outros, ele chegou cedo Nervoso, mudou o radinho de pilha de um ouvido para outro 13 vezes, fumou cinco cigarros. Falou pouco, sorriu quatro vezes e deu dois socos no ar. Mas na hora do gol ele pulou como todo mundo, os dois braços levantados. E por um minuto foi só o Milito, dos idos tempos de Bagé, mas três minutos depois, o Presidente Emilio Garrastazu Médici entregava a Gérson a Taça Independência. (...) Médici chegou ainda no intervalo do jogo Argentina e Iugoslávia. Conversando com o Governador Chagas Freitas e o Ministro do Exército, ele assistiu ao segundo tempo da preliminar. Sério, ouviu o Hino Nacional; tranqüilo, ligou o rádio, retirado do bolso direito do paletó, e o encostou ao ouvido direito. O Brasil ataca com um minuto de jogo: Jair pela direita. O Presidente dá o 1º soco no ar.

Três minutos: o Presidente fuma o seu primeiro cigarro deslocando o radio do ouvido esquerdo.

Sete minutos: balança a cabeça desaprovando um passe errado de Gérson.

Oito minutos: troca o radio de ouvido, passando do esquerdo para o direito.

Treze minutos: repousa o radio na perna direita (...)No intervalo, como quase todo mundo, o cafezinho. Para o segundo tempo voltou dois minutos antes e já com seu radinho na mão. (...) Quarenta e três minutos e meio, o Presidente pula. Os dois braços levantados. Era um torcedor simples, igual aos 99 mil que foram ao Maracanã. Mas, três minutos depois, representando o cargo no ato e o torcedor no abraço, entregou a Gérson a Taça Independência. E, feliz, foi um dos últimos a deixar o Maracanã. Aí foi sua vez de ser aplaudido.⁹

Através da citação, percebe-se a junção entre, de um lado, a utilização ideológica e, de outro, a efetividade do caráter “popular” do presidente Médici, aqui retratado como um singelo torcedor, alguém que fica ansioso quando seu time (ou melhor, a seleção de seu país) disputa uma partida (ainda mais uma decisão), que fuma compulsivamente para aliviar a tensão, que se envolve, enfim, indivíduo comum que torce apaixonadamente como qualquer aficionado pelo futebol, eclipsando o presidente, em benefício do torcedor. Outra constatação depreendida pela citação supra foi a popularidade desfrutada pelo general Médici, aplaudido durante as comemorações pela conquista do título.

final do jogo.” O Globo, coluna “Jogo duro e cavado”, 10 de julho de 1972, p. 42. Por outro lado, Néelson Rodrigues enalteceu a forma como a vitória da equipe brasileira se deu: no último minuto. Assim, se toda vitória é agradável, “a melhor de todas, a rainha, a absoluta das vitórias é aquela que explode no último minuto.” O Globo, coluna “Meu personagem da semana”, 10 de julho de 1972, p. 43.

⁹ Jornal do Brasil. 10 de julho de 1972, p. 55. “Médici, um torcedor de 90 minutos”. In: Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, pasta 58 A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, abril/junho, 1972. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outubro/dezembro, 1972. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.

CATROGA, Fernando. Nação, mito e rito. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.

O CRUZEIRO (Revista semanal), 29 de março de 1972.

FUNDO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, Arquivo Nacional.